

SEÇÃO
DOSSIÊ

**DO CORPO-ESPAÇO AO CORPO-TERRITÓRIO:
O que a Geografia Feminista tem a dizer?**

**DEL CUERPO-ESPACIO AL CUERPO-TERRITORIO:
¿qué está diciendo la Geografía Feminista?**

**FROM BODY-SPACE TO BODY-TERRITORY:
what does feminist geography have to say?**

 [Victoria Ferreira Oliva](#)¹

Universidade Federal Fluminense (UFF), Rio de Janeiro, Brasil
victoriafo@id.uff.br

Resumo

O presente artigo visa discutir sobre a renovação de conceitos e categorias centrais para a Geografia a partir de uma perspectiva que não seja somente feminista, mas também descolonial. Para isso, foi traçado um caminho que começa na crítica feminista à criação de um conhecimento não situado e universal. Alcança o debate sobre o corpo-espaco, que é trabalhado como uma primeira rodada de percepção entre a relação entre corpo e espaço em uma perspectiva

¹ Mestranda em Geografia pela Universidade Federal Fluminense, onde é bolsista pela CAPES. Licenciada e bacharelada em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF - Niterói). Durante a graduação, foi bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET-Geografia UFF), onde participa do Núcleo de Etnografias Urbanas. Integrante do Núcleo de Estudos sobre Território, Ações Coletivas e Justiça (NETAJ-UFF). Coursou Geografia e História em período de Mobilidade Internacional na Universidad de Jaén, Espanha (2020.1).

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

OLIVA, Victoria Ferreira. DO CORPO-ESPAÇO AO CORPO-TERRITÓRIO: o que a Geografia Feminista tem a dizer?. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 8, n. 17, pp. 165-187, jul. 2022.

Submissão em: 18/11/2021. Aceito em: 11/06/2022.



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

feminista. Em seguida, um “giro descolonial” é proposto, apontando para uma relação coletiva entre o corpo e o território: o corpo-território, insígnia de feministas de base comunitária. Para isso, foi necessário realizar um denso levantamento bibliográfico sobre os conceitos de espaço, território e sobre a escala do corpo em suas epistemes, além das abordagens feministas, tanto as mais tradicionais, quanto as comunitárias (e outras dissidências).

Palavras-chave

Corpo; espaço; território; epistemologias feministas; corpo-território.

Abstract

The present article aims to discuss the renewal of concepts and categories central to Geography from a perspective that is not only feminist, but also decolonial. To this end, a path was traced that begins with the feminist critique of the creation of a non-situated and universal knowledge. It reaches the body-space debate, which is worked as a first round of insight into the relationship between body and space from a feminist perspective. Then, a "decolonial turn" is proposed, pointing to a collective relationship between body and territory: the body-territory, insignia of community-based feminists. To do so, it was necessary to conduct a dense bibliographical survey on the concepts of space, territory, and on the scale of the body in their epistemes, in addition to feminist approaches, both traditional and community-based (and other dissidences).

Keywords

Body; space; territory; feminist epistemologies; body-territory.

Resumen

El presente artículo pretende discutir la renovación de conceptos y categorías centrales de la Geografía desde una perspectiva no sólo feminista, sino también decolonial. Para ello, se ha trazado un camino que parte de la crítica feminista a la creación de un conocimiento no situado y universal. Llega al debate cuerpo-espacio, que se trabaja como una primera ronda de percepción entre la relación entre cuerpo y espacio en una perspectiva feminista. A continuación, se propone un "giro decolonial" que apunta a una relación colectiva entre cuerpo y territorio: el cuerpo-territorio, insignia de las feministas comunitarias. Para ello, fue necesario realizar un denso estudio bibliográfico sobre los conceptos de espacio, territorio y sobre la escala del cuerpo en sus epistemes, además de los enfoques feministas, tanto los más tradicionales como los comunitarios (y otras disidencias).

Palabras-clave

Cuerpo; espacio; territorio; epistemologías feministas; cuerpo-territorio.

Introdução: o caminho para pensar no feminino

O presente trabalho tem como intenção proporcionar uma reflexão sobre como a escala do corpo vem sendo trabalhada na ciência geográfica, sobretudo a partir das contribuições das epistemologias feministas e descoloniais. Levando em consideração uma leitura da Geografia que seja situada a partir de corpos femininos, as análises bibliográficas realizadas durante a etapa de pesquisa ofereceram um certo padrão: o corpo entra no debate geográfico sendo articulado com a categoria de espaço, análise fundamentada, sobretudo, por geógrafas anglo-saxônicas². Por sua vez, na América

² Nesse contexto, destacam-se autoras como Linda McDowell e Doreen Massey.



Latina, o debate sobre o corpo vem sendo articulado com as reivindicações pela defesa de territórios, e, por isso, o conceito de território é fundamental para essa vertente.

Dessa forma, conceitos e categorias fundamentais da Geografia foram mobilizados para dar origem a esse artigo. Porém, antes de começar a aprofundar o debate, algumas hipóteses devem ser pontuadas: I) existe uma epistemologia por trás dos conceitos. O conceito, ao longo da história de sua episteme, já foi considerado desde um ponto de vista empirista — ou seja, o conceito como um retrato fiel da realidade — até um ponto de vista mais idealista, que considera o conceito um produto da nossa capacidade reflexiva. Sobre esse debate, compartilho do ponto de vista de Haesbaert (2014), que considera que o conceito reinterpreta a vida, a sintetiza e a recria sobre novas bases.

Por isso, II) os conceitos nascem a partir de problematizações e da elaboração de questionamentos. Porém, como o autor (HAESBAERT, 2014) sinaliza, a percepção, a reflexão e a constituição de um problema são sempre geo-historicamente situadas. Não é, portanto, um sujeito abstrato, a-histórico e a-geográfico que formula as questões que criam e recriam os conceitos. Na verdade, são sujeitos situados, localizados espacial e temporalmente e com marcadores específicos em seus corpos. Sendo assim, os conceitos são fruto de sujeitos distintos e, em consequência, têm um caráter mutável ao longo de sua história.

Isso nos leva ao terceiro pressuposto: III) essa propriedade de mutação dos conceitos é a matéria-prima das ciências, inclusive da Geografia. A epistemologia da ciência geográfica é fundamentada sob um sistema de conceitos e um permanente retorno crítico a cada um deles. Dessa forma, até esse ponto, podemos inferir que os sujeitos, situados em seus contextos, se indagam sobre algum conceito e o atualizam a partir de um novo ponto de vista.

A perspectiva adotada nesta pesquisa é a do corpo feminino. Segundo as epistemólogas feministas, como Donna Haraway e Joseli Silva, as categorias e os conceitos que regem as ciências não são de gênero neutro. Pelo contrário, essa é uma estratégia concebida para construir uma pretensa objetividade não-situada que possa se reivindicar como universal. Como afirma Rose (1993), a gênese do pensamento moderno está no racionalismo, que define a razão como um conhecimento que independe da posição social do indivíduo que o produz. Esse processo é caracterizado por Le Doeuff (1991) como uma exaustividade das reivindicações masculinas ao conhecimento, que identificou a racionalidade com a masculinidade e a feminilidade com o Outro, o não racional.

Assim sendo, o pressuposto IV) é que, em linhas gerais, o conhecimento que interiorizamos como universal é concebido a partir do lugar que um homem, branco, heterossexual e cisgênero ocupa na sociedade. O mesmo se aplica para a Geografia, como Rose (1993) pontua. Com isso, temos o pressuposto V) nosso campo científico foi criado e sustentado por homens que olhavam o mundo de forma não-problematizada. Haraway (1988), sobre o tema, afirma que o conhecimento de um ponto de vista não situado é

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
OLIVA, Victoria Ferreira. DO CORPO-ESPAÇO AO CORPO-TERRITÓRIO: o que a Geografia Feminista tem a dizer?. *Ensaios de Geografia*. Niterói, vol. 8, n. 17, pp. 165-187, jul. 2022.
Submissão em: 18/11/2021. Aceito em: 11/06/2022.



distorcido e irracional. Para a autora, a única posição onde a objetividade não pode possivelmente ser praticada é através do ponto de vista do *master*, como é colocado pela autora (1988). A história do nosso conhecimento científico, portanto, é marcada por essa suposta objetividade ao ser desenvolvida a partir da posição de um sujeito masculino na sociedade.

Até mesmo porque, como afirma Rose (1993), só na década de 1970 passou a se tornar aceitável cunhar um pensamento geográfico no feminino dentro dos parâmetros da Geografia. Ou seja, pensar no feminino não era bem aceito dentro da academia (e ainda não é totalmente). O ônus da produção dessa geografia masculinista, nos termos de Le Douff (1991), é o apagamento ativo da existência e as preocupações das mulheres, inclusive em termos espaciais.

É por isso que um grupo de geógrafas feministas vem deslocando o foco de suas pesquisas da esfera da produção, que geralmente é trabalhada pela Geografia, para a esfera da reprodução social. Rose (1993) afirma que a interconexão existente entre as duas esferas torna essa articulação central para elaboração de uma Geografia plenamente humana, que reconhece as mulheres como sujeitos sociais. Isto posto, pode-se dizer que o pressuposto VI) é que essa pesquisa se centra na reprodução social da vida.

O sétimo e último pressuposto: as pensadoras e geógrafas feministas contribuíram muito para o debate que está sendo tecido neste trabalho. Entretanto, o pensamento situado (HARAWAY, 1988) e/ou o *lócus* de enunciação (GROSFOGUEL, 2009) das autoras que mobilizaram o corpo para pensar o espaço, é — em termos gerais — do Norte global. Trata-se da experiência de mulheres que são marginalizadas pelo sistema de hierarquias do pensamento racional, mas que não são implicadas diretamente pelo sistema moderno-colonial. Diante disso, não basta a epistemologia ser feminista. Os estudos feministas dentro da Geografia também devem mobilizar uma crítica epistemológica ao sistema-mundo patriarcal, colonial e moderno.

Nesse sentido, alguns questionamentos fundamentais foram tecidos por Heloisa Buarque de Hollanda (2020) para alargar o cânone do pensamento ocidental:

Como construir um feminismo sem levar em consideração as epistemologias originárias? Sem absorver as gramáticas de lutas e os levantes emancipatórios que acompanham nossas histórias? Como podemos reconsiderar as fontes e conceitos do feminismo ocidental? Uma nova história, novas solidariedades, novos territórios epistêmicos impõem urgência em ser sonhados. (HOLLANDA, 2020, n.p.).

Essas provocações, quando trazidas para o campo da Geografia, podem se transformar nos seguintes questionamentos: como podemos reconsiderar as fontes da ciência geográfica a partir da experiência das mulheres latino-americanas? De que forma é possível feminizar e descolonizar as categorias e conceitos que fundamentam as teorias do nosso campo? As análises realizadas nas seções seguintes são alguns levantamentos e sínteses de uma pesquisa ainda em curso que pretende encontrar algumas pistas para essas indagações.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
OLIVA, Victoria Ferreira. DO CORPO-ESPAÇO AO CORPO-TERRITÓRIO: o que a Geografia Feminista tem a dizer?. *Ensaios de Geografia*. Niterói, vol. 8, n. 17, pp. 165-187, jul. 2022.
Submissão em: 18/11/2021. Aceito em: 11/06/2022.



Para isso, esse artigo busca compreender, inicialmente, como o corpo é tradicionalmente trabalhado na Geografia. A hipótese é a seguinte: através do estudo de escalas, como em Neil Smith (2000) e/ou através das influências da fenomenologia de Merleau-Ponty. Há ainda as contribuições ainda pouco exploradas, segundo Silva, Ornat e Junior (2019) da concepção de corporeidade em Lefebvre. Em sequência, o corpo-espaço é debatido através de uma dedução básica, que recentemente foi formulada de maneira muito cristalina, em aula, pelo professor Carlos Walter Porto-Gonçalves: do espaço não dá para tirar o corpo fora. Sendo assim, se faz necessário mostrar como essa relação foi tecida pelas geografias feministas, *queer*, a Nova Geografia Cultural e a fenomenologia. Nesse caso, as abordagens investigadas são produzidas por geógrafas feministas de matriz anglo-saxônica, como Linda McDowell e Doreen Massey.

No entanto, como não basta pensar no feminino, o debate sobre o corpo-território é apresentado, mostrando o potencial geográfico desse conceito que nasceu no seio das lutas de mulheres originárias e camponesas e depois ingressou no mundo acadêmico. Dessa forma, a partir da experiência situada dessas mulheres latino-americanas, podemos dar novas camadas ao conceito de território, tendo em vista a construção de uma Geografia feminista e descolonial.

Mobilizando o conceito de escala para trabalhar o corpo

A escala do corpo não vem sendo tradicionalmente mobilizada pela Geografia, sobretudo porque a corporeidade ainda é encarada a partir de certo estranhamento e associada à filosofia, antropologia, psicologia e demais áreas das ciências humanas. Contraditoriamente, essa escala é essencial para o conhecimento geográfico posto que é a partir desse recorte que o sujeito é colocado no centro da reprodução espacial, na cocriação entre o espaço e a sociedade.

É importante inferirmos que, quando falamos sobre sociedade, não estamos falando de um bloco homogêneo, abstrato e universal, que produz um espaço (também abstrato e universal). O significado de sociedade é, segundo o Dicionário Escolar da Língua Portuguesa (2006, p. 731), um conjunto heterogêneo de indivíduos (de ambos os sexos e idades) que possuem um contrato consensual para serem capazes de realizar ações conjuntas e cumprir com objetivos em comum. Ou seja, vários corpos são requeridos para formar uma sociedade e cada um desses corpos apresenta uma espacialidade pessoal e significa o mundo à sua própria maneira. Geo-grafar sem corpo, então, é desumanizar os espaços.

Tendo isso em vista, um breve debate sobre escalas deve ser construído. Por quê? Primeiro porque a escala é uma ferramenta teórico-metodológica. Portanto, ela é responsável pela estratégia de recorte intelectual que responde a um “por quê?” (desenvolve a teoria) e a um “como?” (elabora o método). Além disso, a escala tem um componente de poder, como afirma Smith (2000). Isso quer dizer que a escala é produzida através das atividades sociais e que a política funciona também enquanto um operador de

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
OLIVA, Victoria Ferreira. DO CORPO-ESPAÇO AO CORPO-TERRITÓRIO: o que a Geografia Feminista tem a dizer?. *Ensaios de Geografia*. Niterói, vol. 8, n. 17, pp. 165-187, jul. 2022.
Submissão em: 18/11/2021. Aceito em: 11/06/2022.



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

escalas. Quando percebemos, portanto, esse componente das escalas, podemos notar que o desinteresse pela escala também é, até certo ponto, político.

Smith (2000) é um dos geógrafos que afirma a importância de se analisar a Geografia mediante a escala do corpo. Para o autor, o corpo é o local físico da identidade pessoal, que é socialmente construída. Ele também considera que o corpo marca a fronteira entre o Eu e o Outro, o que envolve a criação de um “espaço pessoal”, além de uma limitação física definida fisiologicamente – esse aspecto também é mobilizado pelas feministas de base comunitária, que consideram o seu corpo o seu primeiro território, uma fronteira inicial entre o Eu e o Outro.

Além disso, para Smith (2000), o cuidado com o corpo, o acesso físico “ao” e “pelo” corpo, e o controle sobre o corpo são as vias centrais da contestação da escala corporal. Esse apontamento, por sua vez, é influenciado pela obra de Foucault, que é um dos grandes filósofos que subsidiam o debate sobre o corpo na ciência geográfica. Foucault (1984) compreende o corpo enquanto a superfície de inscrição dos acontecimentos, sendo marcado por elementos práticos e discursivos através de dispositivos de controle como a cultura, os costumes e a política de determinado espaço-tempo.

Smith (2000) também considera temáticas como políticas de escalas e o salto de escalas. A segunda diz respeito a estratégia política de burlar a estrutura (hierarquizada e congelada) de escalas para que os grupos em desvantagem em uma escala possam atingir os seus objetivos recorrendo a atores ou instituições em escalas diferentes. O próprio slogan feminista “o pessoal é político”, das décadas de 1960/1970, é um grande exemplo da conexão direta entre a experiência pessoal e as estruturas sociais e políticas em escala maior. Esse slogan enfatiza a necessidade de pensar politicamente a experiência pessoal (ou seja, corporal). Nesse sentido, Rich (1984) afirma que

Os corpos são atravessados por poderes de outras escalas como as políticas de maternidade, do aborto, da heterossexualidade compulsória, da política do estupro, da esterilização forçada, da política do racismo e assim por diante. A reivindicação do direito sobre o corpo faz dele um espaço de luta social. O corpo é uma escala espacial ativamente produzida “em” e “através” das relações de interação espaciais (RICH, 1994 apud SILVA, 2020, p. 106).

Isso significa dizer que os corpos são “geopoliticamente localizados, na medida que uma mesma característica pode ganhar um sentido diferente, dependendo de sua localização e, portanto, das relações escalares” (SILVA, 2020, p. 105). Essas características são atribuídas aos corpos através de discursos e classificações que são anteriores aos corpos (BUTLER, 2002) e fazem parte de um jogo de forças que constituem o saber e o poder sob as marcas físicas dos corpos, suas significações e sentidos (SILVA, 2020). De forma similar, o espaço e o território também são produzidos

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

OLIVA, Victoria Ferreira. DO CORPO-ESPAÇO AO CORPO-TERRITÓRIO: o que a Geografia Feminista tem a dizer?. *Ensaios de Geografia*. Niterói, vol. 8, n. 17, pp. 165-187, jul. 2022.

Submissão em: 18/11/2021. Aceito em: 11/06/2022.



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

mediante a todo esse jogo de forças e significações³. Tanto o corpo, quanto o espaço, são, portanto, materialidades construídas pelo discurso (e esse discurso é situado).

Isso nos permite inferir que os marcadores sociais são munidos de espacialidade. Essas classificações sociais imprimem limites à mobilidade espacial dos corpos. Inclusive, talvez a mobilidade seja o aspecto mais inteligível para associar corpos e Geografia: há lugares onde os atributos do nosso corpo nos mobilizam; há lugares onde os atributos do nosso corpo nos imobilizam⁴. Isso faz com que, segundo Quijano (2010), os corpos sejam o nível decisivo nas relações de poder e, em consequência, são também uma arena de luta política.

Sobre essa articulação entre corpos, escalas e política, chamo atenção também para as contribuições de Gago (2019). Em *A Potência Feminista* (GAGO, 2019), a cientista social aborda o internacionalismo que vem ganhando força no movimento feminista, fazendo com que ele, de fato, salte escalas. Para Gago (2019), o internacionalismo chega a desafiar a imaginação geográfica, pois exige a organização de alianças desde lutas específicas territorializadas que se vinculam, acumulando força em comum para potencializar-se.

A autora (2019) se questiona sobre quais são os territórios desse internacionalismo. A resposta encontrada por ela é que são os territórios domésticos, os territórios indígenas e comunitários e os territórios da precarização. É a partir dos territórios domésticos que se mobiliza a escala da casa, que geralmente é encarada como um espaço privado. Porém, esses territórios “conectam as cadeias globais de cuidado, e onde se discutem os modos de invisibilização que faz com que o trabalho reprodutivo assuma o custo do ajuste” (GAGO, 2019, p. 221).

Os territórios indígenas e comunitários, por sua vez, tratam de espaços de aliança onde se denunciam os megaprojetos neoextrativistas e o agronegócio. São os territórios responsáveis pela apropriação prático-política do conceito de território e pela gênese do corpo-território enquanto categoria de denúncia e reivindicação. A partir desses territórios, nesse sentido, “se desenha um diagrama global das dinâmicas extrativistas do capital às quais se opõem alianças, lutas e redes para resistir a esses avanços neocoloniais e expulsá-los” (GAGO, 2019, p. 222).

Por fim, os territórios de precarização são hoje relacionados com as novas dinâmicas de trabalho que se intensificam atualmente. Trata-se dos trabalhos que são menos reconhecidos globalmente e, por isso, mais explorados e submetidos a expressiva precarização, sobretudo devido ao desmonte de políticas públicas. Por isso, surgem “novas dinâmicas sindicais, de acampamentos e ocupações nas oficinas, nas fábricas e

³ Nesse sentido, há uma importante contribuição de Silva, Ornat e Junior (2019) acerca da corporeidade em *The Production of Space ([1974] 1991)* de Henri Lefebvre. Os autores chamam atenção para o debate da corporeidade na filosofia lefebvriana. O autor afirmava que os corpos, justamente por apropriarem-se do espaço e o significarem, resistem a uniformização do espaço abstrato, promovendo um espaço diferencial.

⁴ Trata-se de atributos como cor de pele, genitália, opção sexual.

nas plataformas virtuais, de reivindicações criativas e de denúncias” (GAGO, 2019, p. 222) que explicitam a violenta precarização que parte cada vez maior dos trabalhadores são submetidos sob efeito do neoliberalismo.

Dessa forma, pode-se afirmar que a autora (2019) nos forneceu um sólido exemplo para compreendermos como a Geografia pode operacionalizar as escalas para trabalhar com o corpo. A escala da casa, dos territórios indígenas e comunitários e dos corpos são potencializados ao unir-se. Um grande exemplo de Verônica Gago (2019) são as greves e manifestações feministas de 18 de março de 2018, que ganharam força no panorama internacional. Para ela, esse transnacionalismo qualifica cada situação concreta, sem que ela tenha que abandonar a sua raiz. Por isso, a articulação entre corpos femininos em condições de existência tão distintas — ao invés de inviabilizar o movimento —, torna possível o salto de escalas, ao acumular força comum.

Do espaço ao corpo: o corpo-espaço

A provocação feita pelo professor Carlos Walter Porto-Gonçalves em sala de aula, que foi citada na introdução, explicita de forma bem clara e inteligível a relação entre corpo e espaço: do espaço, não dá pra tirar o corpo fora. A articulação entre o corpo e o espaço na Geografia nasce desse pressuposto inicial, a relação direta entre a materialidade do corpo e a inerência do espaço: o corpo é espaço e o corpo ocupa espaço (JONHSTON; LONGHURST, 2010).

Porém, antes de aprofundar essa relação, é necessário esclarecer qual abordagem sobre o espaço é adotada nesta pesquisa. É a partir dos aportes teóricos de Dooren Massey, geógrafa britânica feminista e marxista, que esse debate é subsidiado. A geógrafa, não raramente, chamava atenção para como a globalização, as redes, fronteiras e a transnacionalidade despertavam interesse das demais ciências sociais e da arte para o conceito de espaço. Trata-se do que conhecemos na geografia como o giro espacial, quando a abordagem espacial e o conceito de espaço passaram a ser valorizados depois de tanto tempo de subordinação a incorporabilidade do tempo.

A problemática que permaneceu é que o espaço muitas vezes foi e é associado a uma materialidade não problematizada. Massey, em seu livro *For Space* (2005), usa os mapas como um dos exemplos que fazem com que os sujeitos concebam o espaço enquanto uma extensão, uma superfície material. Essa percepção, entretanto, torna o espaço um dado fixo, sem considerar sua densidade.

Por isso, Massey (2005) passa a defender que o espaço comporta uma grande complexidade. Por exemplo, ela acredita que quando estamos viajando de trem, não estamos viajando através do espaço-como-superfície, na realidade, basta olhar pela janela que notamos que estamos viajando através de múltiplas trajetórias. Com isso, sua intenção é comprovar a sua abordagem alternativa sobre o espaço.

Segundo a sua tese, o espaço não é passivo e fixo, mas é caracterizado por ser I) produto de inter-relações, em diferentes escalas; II) a esfera da possibilidade da

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
OLIVA, Victoria Ferreira. DO CORPO-ESPAÇO AO CORPO-TERRITÓRIO: o que a Geografia Feminista tem a dizer?. *Ensaios de Geografia*. Niterói, vol. 8, n. 17, pp. 165-187, jul. 2022.
Submissão em: 18/11/2021. Aceito em: 11/06/2022.



coexistência da heterogeneidade; III) constantemente inacabado, ou seja, em constante construção e IV) político. Dessa forma, para a geógrafa (2005), o espaço é caracterizado por ser a esfera que comporta uma multiplicidade de trajetórias, que não pode ser analisada sem articulação com o tempo, e vice-versa. Essa abordagem tira o espaço de uma perspectiva essencialista e masculinista, porque sendo a configuração de trajetórias múltiplas, o espaço permite que novas espacialidades/temporalidades entrem no debate científico e social.

E com o Outro ganhando espaço, o conhecimento científico pode dissolver hierarquias — manifestadas através da classificação social de corpos — que fundamentam a modernidade e a colonialidade. Ao analisarmos o espaço como arranjos-em-relação-um-com-o-outro (MASSEY, 2005, p. 166), também tornamos esse conceito capaz de transbordar a pretensa universalidade do discurso, o que viabiliza o entendimento de como essas hierarquias se manifestam através de marcas nos corpos dos indivíduos. Dessa forma, o enfrentamento a esse sistema de poder e saber exige que as ciências sociais, inclusive a geografia, coloquem o corpo no centro de suas análises.

A classificação social de corpos que ocupam determinadas localizações na sociedade, sejam geográficas ou sociais, é o cerne que levou a Nova Geografia Cultural, as Geografias Feministas e Queer, além da Fenomenologia, sobretudo a partir da década de 1990, a se indagar sobre como o espaço geográfico implica nos corpos dos indivíduos. A elaboração desse questionamento por essa corrente “científico-política” foi essencial para que importantes críticas fossem tecidas ao conhecimento geográfico, especialmente “à postura repetitiva da Geografia enquanto disciplina acadêmica, sua instrumentalização na manutenção e reprodução do poder e a invisibilidade de grupos que compõem o espaço (SILVA, 2008, p. 5).

Na década de 1980, o grande aforismo da ciência geográfica era a cooperação existente entre a sociedade e o espaço: reciprocamente, a sociedade e o espaço se produziam, empregando ao espaço uma forte conotação espacial e o transformando em uma construção social. Porém, se o espaço é influenciado pelas ações que a sociedade desempenha nele, e a sociedade é composta por um agrupamento de indivíduos, esses corpos que compõem a sociedade também incorporam atributos do espaço. O espaço, portanto, é um dos elementos, assim como a cultura, que significam os corpos.

McDowell (1999) chama atenção para a emergência dos estudos sobre o corpo na ciência geográfica. Para ela, as transformações que ocorreram nas sociedades industriais avançadas fizeram com que o corpo deixasse de ser força muscular para a indústria e se tornasse corpo desejanste para o consumo. Por isso, o corpo passa a ser adotado como recorte de análise para as ciências sociais e, entre o final do século XX e início do século XXI, o campo da geografia passa a apropriar-se dessa temática. A suposição inicial é a lógica direta que relaciona a materialidade do corpo com o espaço físico ocupado por ele, tornando-os munidos de espacialidade.

Nessa linha, Lefebvre (1991), afirma que “a relação com o espaço de um ‘sujeito’ que é membro de um grupo ou sociedade implica sua relação com seu próprio corpo e

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

OLIVA, Victoria Ferreira. DO CORPO-ESPAÇO AO CORPO-TERRITÓRIO: o que a Geografia Feminista tem a dizer?. *Ensaios de Geografia*. Niterói, vol. 8, n. 17, pp. 165-187, jul. 2022.

Submissão em: 18/11/2021. Aceito em: 11/06/2022.



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

vice ‘versa’ (1991 [1974], p. 40). Com isso, ele infere que o corpo, além de viver no espaço, produz espaço através de seus movimentos, gestos e ações. Lefebvre (1991) ainda pontua que é através do corpo, das práticas humanas e dos simbolismos criados na experiência espacial que conseguimos compreender, de fato, as relações de poder e as práticas que resistem a elas.

Por isso, segundo Lopes (2016) a corporeidade pode ser adotada enquanto recurso metodológico para trazer novos sentidos a Geografia. Fortemente inspirado pelos aportes de Merleau-Ponty (1999, p. 437), o autor concorda que “o espaço se sabe a si mesmo através do meu corpo”. Isso significa que o espaço está investido de corporeidade, que é uma relação entre os corpos que caracteriza o espaço geográfico, requerendo uma interpretação da relação corpo-espaço através de uma implicação ontológica complexa e inesgotável entre homens e mulheres em geral e a realidade objetiva geográfica (LOPES, 2016, p. 2). Sobre o tema, Lopes afirma que:

Logo, refere-se à inferência mutuamente constitutiva entre o corpo e o espaço **enquanto dado geográfico mediador da totalidade**. Isto significa interpretar a corporeidade não somente como uma relação factual entre os corpos e o espaço, mas, principalmente, **um recurso metodológico que possibilite a identificação de acréscimos de sentidos (de novas formas-conteúdo) ao espaço geográfico a partir dos aspectos marginais da experiência ignorados no edifício de objetivação geográfica do real** (LOPES, 2016, p. 2. Grifo da autora)

Elias Lopes (2016), ainda inspirado em Ponty, afirma que o caráter sensível do corpo impõe uma implicação direta e indireta com o espaço. Desse modo, “os agentes sociais implicados na reprodução do espaço devem necessariamente estar situados histórica e geograficamente, do contrário, se restringiriam a objetos meramente localizados em algum ponto do arranjo espacial” (LOPES, 2016, p. 2). Por isso, o espaço deve ser compreendido enquanto um produto histórico-social, que tem como atributo a incorporação de propriedades dos corpos: en-corporar no sentido de ter os corpos exteriorizados no espaço, o avesso da incorporação.

Outra geógrafa que aborda a corporeidade é Alicia Lindón (2012). Os aportes dessa autora partem da relação entre o corpo e as emoções nas experiências espaciais, visto que é através da corporeidade que o indivíduo se apropria do espaço e o designa significados, transformando-o em espaço vivido. Para Lindón (2012), a experiência espacial produz emoções como, por exemplo, a sensação de medo ou desconforto para uma mulher ao caminhar em rua vazia a noite, ou a sensação de prazer que sentimos ao viajar e conhecer novos lugares. Por isso, seguindo também à Merleau-Ponty, Lindón (2012) afirma que todo sujeito é um sujeito-corpo e um sujeito-sentimento e, posto que o sujeito vive no espaço e cria seu próprio espaço, toda experiência espacial é também emocional e corpórea.

Outra chave interpretativa e metodológica considerada fundamental para compreender a construção social é a intercorporeidade. Na Fenomenologia, a

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

OLIVA, Victoria Ferreira. DO CORPO-ESPAÇO AO CORPO-TERRITÓRIO: o que a Geografia Feminista tem a dizer?. *Ensaios de Geografia*. Niterói, vol. 8, n. 17, pp. 165-187, jul. 2022.

Submissão em: 18/11/2021. Aceito em: 11/06/2022.



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

intercorporeidade é compreendida como as circunstâncias onde, na vida cotidiana, corpos se convergem e através de práticas, ou por habitarem os mesmos contextos, os corpos podem “habitar parcialmente no sentir do outro” (LINDÓN, 2012, p. 713). Simonsen (2007) também compartilha dessa abordagem, afirmando que a intercorporeidade possibilita que façamos parte das experiências sensoriais de outros sujeitos corpos.

Essa chave da intercorporeidade é essencial para fundamentar a argumentação da próxima seção. Entretanto, antes disso, uma pequena síntese: o corpo-espaco, como está sendo adotado neste artigo, trata de uma reatualização do conceito de espaço, que possibilite o articular com o corpo dos indivíduos levando em consideração as diferentes classificações e relações de poder que são corporificadas e, portanto, produzem experiências espaciais distintas. Isso significa dizer que uma mulher e um homem brancos, cisgênero, heterossexuais e classe média — para não alargar demais o campo de possibilidades de atributos — já não compartilham as mesmas experiências espaciais e as mesmas sensações ao ocupar os espaços.

Do território ao corpo: o corpo-território

A entrada do corpo-espaco, portanto, parte da noção individual dos corpos, a partir do momento que cada indivíduo tem no seu corpo sua materialidade mais expressiva. Mas como podemos pensar no indivíduo a não ser pela construção coletiva? Mais uma vez mobilizo a provocação que o professor Porto-Gonçalves fez em sala de aula, que repetidamente nos lembra sobre a incompletude que caracteriza os seres humanos: nós somos sempre em relação com os outros e com o meio. É exatamente nesta provocação que mora a crítica ao corpo-espaco e promove o “giro descolonial” até o corpo-território.

O corpo-território transborda as experiências individuais, por isso a chave da intercorporeidade se torna tão relevante. Ocupar o sentir do outro significa compartilhar experiências de modo similar ao que Gago (2019) defende quando afirma que conjugar o corpo e o território em uma única palavra “desliberaliza a noção de corpo como propriedade individual e especifica uma continuidade política, produtiva e epistêmica do corpo enquanto território” (GAGO, 2019, p. 107). A autora, de encontro com o professor Porto-Gonçalves, afirma que “cada corpo nunca é só um, mas o é sempre com outros e com outras formas não humanas” (GAGO, 2019, p. 107).

Mas antes de mergulhar de cabeça no corpo-território, é essencial realizar um apanhado teórico sobre como o território é mobilizado na ciência geográfica. Porto-Gonçalves (2015) argumenta que a Geografia também passou por um “giro territorial” nas décadas de 1980/1990. Para ele, a Aliança dos Povos da Floresta (união entre camponeses e indígenas na Amazônia) e as duas grandes marchas em defesa da vida, da dignidade e do território promoveram essa virada, inclusive a partir das contribuições que os indígenas levaram para a Conferência nas Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento em 1992 (Eco-92).

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

OLIVA, Victoria Ferreira. DO CORPO-ESPAÇO AO CORPO-TERRITÓRIO: o que a Geografia Feminista tem a dizer?. *Ensaios de Geografia*. Niterói, vol. 8, n. 17, pp. 165-187, jul. 2022.

Submissão em: 18/11/2021. Aceito em: 11/06/2022.



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Esse conceito, portanto, foi transformado à medida que o movimento popular latino-americano apropriou-se dele, fazendo com que ele deixasse de ser meramente uma categoria de análise da academia, chamando atenção para a possibilidade de sua utilização prático-política, que torna o território “de uso frequente, especialmente entre os movimentos sociais de grupos subalternos, como o movimento dos agricultores sem teto e os povos tradicionais (indígenas e quilombolas, sobretudo)” (HAESBAERT, 2014, p. 55).

Porém, é de extrema importância realizar um breve panorama sobre como o território era mobilizado antes de tal giro. O território enquanto categoria de análise tem uma larga trajetória conceitual, mas de forma geral é atrelado a uma relação entre o espaço e o poder. Segundo Souza (2020), por exemplo, o território é “fundamentalmente, um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (p. 78). Além disso, o território é interpretado como posterior ao espaço, visto que ele é o espaço analisado a partir dessas relações de poder que estão inscritas nele.

O poder, no entanto, não implica necessariamente relações de dominação, também podem ser relações de apropriação, nos termos de Lefebvre (1991). A primeira delas diz respeito a um processo que funcionaliza o espaço enquanto um recurso, caracterizando o uso do território pelo seu valor de troca. Por outro lado, o espaço apropriado diz respeito ao espaço vivido, ao valor de uso e o simbolismo atrelado ao mesmo. Nesse sentido, Haesbaert (2014) afirma que “enquanto continuum dentro de um processo de dominação e/ou apropriação, o território e a territorialização devem ser trabalhos na multiplicidade de poderes, neles incorporados através dos múltiplos sujeitos envolvidos” (HAESBAERT, 2014, p. 59).

Logo, o território é marcado por dois grandes paradigmas: o hegemônico e o contra-hegemônico. O paradigma hegemônico, segundo Haesbaert (2014) está relacionado com a territorialidade do poder hegemônico nesta perspectiva funcionalista. Isto significa, direta ou indiretamente, que se trata de um território também uni funcional, universal e des-incorporado. Por outro lado, o paradigma contra-hegemônico é caracterizado pela prática política dos grupos subalternos e, dessa forma, concebe as relações ontológicas dos sujeitos e seus corpos com o espaço onde habitam. De acordo com Haesbaert,

Aquilo que propomos denominar de paradigma territorial contra-hegemônico, ao contrário dessa visão mais absoluta, homogeneizante e universal do espaço, o vê antes de tudo como um espaço vivido, **densificado pelas múltiplas relações sociais e culturais que fazem do vínculo sociedade-terra (ou natureza, se quisermos) um laço mais denso**, em que os homens não são vistos apenas como sujeitos a sujeitar seu meio, mas como inter-agentes que compõem seu próprio meio e cujo “bem viver” (como afirmam os indígenas andinos) depende dessa interação. (HAESBAERT, 2014, p. 54. Grifo da autora.).

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
OLIVA, Victoria Ferreira. DO CORPO-ESPAÇO AO CORPO-TERRITÓRIO: o que a Geografia Feminista tem a dizer?. *Ensaios de Geografia*. Niterói, vol. 8, n. 17, pp. 165-187, jul. 2022.
Submissão em: 18/11/2021. Aceito em: 11/06/2022.



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

A intercorporeidade foi mobilizada mais uma vez para compreendermos a relação íntima entre os sujeitos, o seu sentir e o espaço que ocupam. Para Gago (2019), a conjugação das palavras corpo e território implica o reconhecimento da impossibilidade de “recortar e isolar o corpo individual do corpo coletivo, o corpo humano do território e da paisagem” (p. 107), chamando atenção para o compromisso dessa abordagem com a coletividade e com a defesa e o cuidado com os bens comuns. Em vista disso, até então podemos inferir que o corpo-território é, essencialmente, uma categoria da prática e está vinculada à crítica à noção liberalizante do corpo e do território, que os associa/submete à propriedade privada e à violência, enquanto rompe laços comunitários.

Não podemos deixar de considerar que essa abordagem não assume o território desde uma perspectiva masculinista. O corpo-território, como afirma Lorena Cabnal (2013), indígena xinca guatemalteca, nasceu como uma insígnia política e se tornou uma categoria dentro do feminismo de base comunitária, sendo associado a defesa e a recuperação do território-corpo-terra (CABNAL, 2013). O enunciado tem origem, portanto, na atuação de mulheres em movimentos sociais em defesa de seus territórios, que ao observarem a chegada de vetores capitalistas em suas comunidades, percebem que são colocadas em um contexto de desvantagens múltiplas (CABNAL, 2010).

Essa categoria também extrapola as ondas de feminismo anteriores, que não consideravam os corpos dessas mulheres originárias e camponesas em suas pautas. Trata-se de feminismos de base comunitária que tem como seu primeiro marco de referência a criação de um programa feminista que acolha uma perspectiva situada histórica e geopoliticamente desde a crítica a colonialidade (Mendonza, 2014). Por isso, é uma abordagem e prática feminista subalterna e dissidente, nas palavras de Ulloa (2016), que tecem uma crítica em torno das lógicas patriarcais, neoliberais, à mercantilização da natureza e dissolução dos territórios comuns.

Nesse sentido, o corpo-território é “uma epistemologia latino-americana e caribenha feita por e desde mulheres de povos originários que vivem em comunidade; quer dizer, a articulação corpo-território põem ao centro o comunitário como forma de vida” (CRUZ HERNÁNDEZ, 2017, p. 43). Essa categoria, portanto, sugere a necessidade de aprofundamento no debate acerca do comunitário na Geografia, visto que é uma das chaves centrais de enfrentamento dos feminismos latino-americanos aos processos espoliativos que assolam os corpos femininos e seus territórios.

Para apresentar essa abordagem, conto com os aportes de Gutiérrez e Lohman (2015) que argumentam sobre a capacidade do capital de dismantlar tudo o que é coletivo. Os entramados comunitários (teias comunitárias) são como constelações de relações sociais de compartilhamento, que operam com objetivos múltiplos e situados (como na própria definição de sociedade), com a forma de reprodução da vida centrada no valor de uso. Dessa forma, ao trabalhar a partir da reprodução social, Gutiérrez e Lohman (2015) assumem que o capital é uma relação social que deforma a reprodução da vida sustentada pelo valor de uso e, contra isso,

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

OLIVA, Victoria Ferreira. DO CORPO-ESPAÇO AO CORPO-TERRITÓRIO: o que a Geografia Feminista tem a dizer?. *Ensaios de Geografia*. Niterói, vol. 8, n. 17, pp. 165-187, jul. 2022.

Submissão em: 18/11/2021. Aceito em: 11/06/2022.



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

lo comunitario — o, hasta cierto punto, lo “comunitario-popular” — nos permite visibilizar la reproducción de la vida como núcleo configurador de relaciones sociales, más allá de la diferenciación étnica que pueda existir entre matrices culturales. En las relaciones sociales que emergen desde los entramados comunitarios, lo que entendemos como política y economía son, de manera clara y evidente, componentes destinados a garantizar la reproducción de la vida y, por tanto, de la misma red de relaciones que configura el entramado (GUTIÉRREZ; LOHMAN, 2015, p. 26)⁵

Nessa linha de pensamento, Ulloa (2016) cunhou o conceito de feminismos territoriais para denominar as dinâmicas de luta das mulheres camponesas latino-americanas. Para a antropóloga, esse conceito compreende as lutas territoriais-ambientais que são lideradas por mulheres indígenas, afrodescendentes e camponesas que se centram na defesa do território, do corpo e da natureza e criticam o desenvolvimento e o extrativismo. Por isso, o comunitário como forma de vida é colocado no centro e o território passa a ser abordado a partir de múltiplas escalas, inclusive o corpo (CRUZ HERNÁNDEZ, 2017).

Portanto, feministas adeptas ao pensamento descolonial, ao ecofeminismo e ao feminismo de base comunitária e indígena vem desempenhando um importante papel na construção teórica acerca dessa categoria de cunho geográfico. Se inicialmente inferimos que o corpo-território coloca o comunitário no centro do discurso, também podemos associar o conceito ao endossamento do patriarcado nos territórios devido a exploração dos territórios comuns e comunitários.

Esses territórios, entretanto, não necessariamente são territórios rurais. Segundo Gago (2019), podem ser urbanos, suburbanos, camponeses ou indígenas, mas compartilham (em seus corpos e em seus territórios) a vulnerabilidade diante de políticas estatais ou da atuação do setor privado, que as submetem à crescente insegurança, à espoliação e a precarização de suas vidas, inclusive mediante à atribuição do valor de troca ao que era bem comum em seus territórios. Isso significa dizer que a defesa do corpo-território, uma insígnia de caráter rural, pode ser compartilhado, por exemplo, com as mulheres de territórios urbanos marginalizados, como as favelas e os subúrbios, que pautaram iniciativas coletivas para fazer enfrentamento a pandemia da Covid-19.

Conclusão

Os conceitos existem para serem continuamente retrabalhados e re-esculpidos, de forma a engrenar o conhecimento científico de cada campo teórico. A cristalização de um conceito, caso ele não seja retrabalhado, aponta mais para a sua ultrapassagem do que

⁵ “O comunitário — ou, até certo ponto, o ‘comunitário-popular’ — nos permite visibilizar a reprodução da vida como núcleo configurador de relações sociais, para além da diferenciação étnica que pode existir entre matrizes culturais. Nas relações sociais que emergem desde as tramas comunitárias, o que entendemos como política e economia são, de maneira clara e evidente, componentes destinados a garantir a reprodução da vida e, por isso, da mesma rede de relações que configura a trama” (tradução livre).



para uma verdade absoluta, visto que a própria sociedade está em constante processo de transformação. Tendo isso em vista, esse artigo foi uma proposta de síntese sobre como a categoria de espaço e o conceito de território, tão caros à Geografia, vem sendo mobilizados através de uma perspectiva feminista.

A importância dessa perspectiva se dá devido ao entendimento de que a história do pensamento geográfico é, especialmente, contada a partir da obra (e consequentemente, do ponto de vista situado) de corpos masculinos. Trata-se, portanto, de uma disciplina que ainda é fortemente masculinizada, tanto no sentido teórico, quando na limitada perspectiva de crescimento na prática acadêmica das mulheres. Por isso, reconsiderar as fontes do conhecimento geográfico permite que o repertório da ciência seja alargado e conceba uma crítica ao sistema patriarcal.

No entanto, como foi apontado, não basta a crítica feminista que vincula a experiência corporal individual ao espaço. A crítica ao sistema patriarcal deve andar acompanhada da crítica ao sistema mundo moderno-colonial. As considerações das epistemologias originárias, portanto, assim como suas gramáticas de luta são essenciais para que novos territórios epistêmicos possam ser sonhados — como provocou Hollanda (2020).

Nesse sentido, retrabalhar o conceito de território a partir de sua utilização prático-político, como é comumente feito na América Latina, e o articular à escala do corpo permite uma compreensão do corpo enquanto território extenso, matéria ampliada, superfície extensa de afetos, trajetórias, recursos e memórias (GAGO, 2019). Na mesma medida, segue com a renovação do conceito de território, no contexto do giro territorial.

Referências bibliográficas

BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan**: sobre los limites materiales y discursivos del “sexo”. Buenos Aires: Paidós, 2002 [1993].

CABNAL, Lorena. Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala. *In*: **Feminismos diversos: el feminismo comunitario**. Madrid: Acsur Las Segovias, 2010, p. 11-25.

CABNAL, Lorena. “Defender un territorio de la minería sin defender a las mujeres de la violencia sexual es incoherencia”. **Diagonal**, Madrid, maio. 2013. Disponível em: <<https://www.diagonalperiodico.net/global/defender-territorio-la-mineria-sin-defender-cuerpos-mujeres-la-violencia-sexual-es>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

CRUZ HERNÁNDEZ, Delmy Tania. Una mirada muy otra a los territorios-cuerpos femeninos. **Solar**, vol. 12, n.1, p. 35-46, 2017. Disponível em: <<http://revistasolar.org/wp-content/uploads/2017/07/3-Una-mirada-muy-otra-a-los-territorios-Cuerpos-femeninos.-Delmy-Tania-Cruz-Hern%C3%A1ndez.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2021.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

OLIVA, Victoria Ferreira. DO CORPO-ESPAÇO AO CORPO-TERRITÓRIO: o que a Geografia Feminista tem a dizer?. **Ensaios de Geografia**. Niterói, vol. 8, n. 17, pp. 165-187, jul. 2022.

Submissão em: 18/11/2021. Aceito em: 11/06/2022.



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

GAGO, Verónica. **A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo**. São Paulo: Elefante, 2019.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, vol. 80, 2008, pp. 115-147. Disponível em: <<https://doi.org/10.4000/rccs.697>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

GUTIÉRREZ, Raquel; LOHMAN, Huáscar Salazar. Reproducción comunitaria de la vida: Pensando la trans-formación social en el presente. In: LINSALATA, L; LOHMAN, Huáscar Salazar. (Org.) **El Apantle: Revista de Estudios Comunitarios Común ¿para qué?**, n°1, Puebla-México, pp. 15-50, 2015. Disponível em: <<https://horizontescomunitarios.files.wordpress.com/2017/01/elapantle.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2021.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HAESBAERT, R. DO CORPO-TERRITÓRIO AO TERRITÓRIO-CORPO (DA TERRA): contribuições decoloniais. **GEOgraphia**, v. 22, n. 48, 16 jun. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/43100>>. Acesso em: 20 nov. 2021.

HARAWAY, Donna. **Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective**. In: **Feminist Studies**, v. 14, n. 3, 1988, pp. 575-599. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/3178066>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.

JONHSTON, Linda.; LONGHURST, Robyn. **Space, place, and sex: geographies of sexualities**. Lanham, Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, 2010.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula. (Orgs.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010, pp. 73-118. Disponível em: <<https://ayalaboratorio.files.wordpress.com/2017/09/quijano-anibal-colonialidade-do-poder-e-classificac3a7c3a3o-social.pdf>>. Acesso em: 3 nov. 2021.

LE DOEUFF, Michèle. **Hipparchia's Choice: an Essay Concerning Women, Philosophy, etc**. Blackwell, Oxford, 1991.

LEFEBVRE, Henri. **The Production of Space**. Oxford: Blackwell, [1974] 1991.

LIMA, Elias Lopes de. A corporeidade como um recurso metodológico da geograficidade. **Revista de Geografia**, Recife, v. 5, p. 1-11, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/geografia/article/view/17970>>. Acesso em: 10 dez. 2021.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

OLIVA, Victoria Ferreira. DO CORPO-ESPAÇO AO CORPO-TERRITÓRIO: o que a Geografia Feminista tem a dizer?. **Ensaios de Geografia**. Niterói, vol. 8, n. 17, pp. 165-187, jul. 2022.

Submissão em: 18/11/2021. Aceito em: 11/06/2022.



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

LINDÓN, Alicia. Corporalidades, emociones y especialidades: hacia un renovado *betweenness*. **RBSE. Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 11, n. 33, pp. 698-723, 2012. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/rbse/RBSEv11n33dez2012%20completa.pdf>>. Acesso em: 8 jan. 2021.

MASSEY, Doreen. **For Space**. London: Sage, 2005.

MCDOWELL, Linda. **Gender, identity, and place: understanding feminist geographies**, 1999. Minneapolis: University of Minnesota Press.

MERLEAU-PONTY, Merleau. **Fenomenologia da Percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MENDONZA, Breny. **La epistemología del sur, la colonialidad del género y el feminismo latinoamericano**. In: ESPINOSA MIÑOSO, Yuderkys; OCHOA MUÑOZ, Karina, GÓMEZ CORREAL, Diana Marcela (Orgs.). **Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala**. Editorial Universidad del Cauca, 2014, pp. 91-104.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Pela vida, pela dignidade e pelo território: um novo léxico teórico político desde as lutas sociais na América Latina/Abya Yala/Quilombola. In: **Polis**, nº 41, p. 1-12, 2015. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/polis/11027>>. Acesso em: 20 nov. 2021.

RICH, Adrienne. **Notes toward a politics of location**. In: **RICH, Adrienne. Blood, bread, and poetry: selected prose 1979- 1985**. London: Virago Press. 1984, p. 210-231.

ROSE, Gillian. **Feminism, and Geography: the limits of geographical knowledge**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

SILVA, Joseli Maria. A cidade dos corpos transgressores da heteronormatividade. In: **GEO UERJ**, v. 1, nº 18, p. 1-17 2008. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/1343>>. Acesso em: 5 jan. 2021.

SILVA, Joseli Maria. Corpo, corporeidade e espaço na análise geográfica. In: HEIDRICH, Álvaro L.; PIRES, Claudia Luiza Zeferino; COSTA, Benhur Pinós. (Orgs.). **Maneiras de ler: geografia e cultura**. 1ed. Porto Alegre: Imprensa Livre. Compasso Lugar Cultura, 2013, v. 1, p. 28-36.

SILVA, Joseli Maria. “Teu corpo é o espaço mais teu possível”: Construindo a análise do corpo como espaço geográfico. **Revista da ANPEGE**, v. 16, nº 31, 2020, pp. 101-114. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/download/10750/pdf/45513>>. Acesso em: 10 dez. 2021.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

OLIVA, Victoria Ferreira. DO CORPO-ESPAÇO AO CORPO-TERRITÓRIO: o que a Geografia Feminista tem a dizer?. **Ensaios de Geografia**. Niterói, vol. 8, n. 17, pp. 165-187, jul. 2022.
Submissão em: 18/11/2021. Aceito em: 11/06/2022.



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

SIMONSEN, Kirsten. Practice, spatiality, and embodied emotions: A outline of a geography of practice. **Human Affairs**, n. 17, pp. 168-181, 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.2478/v10023-007-0015-8>>. Acesso em: 5 nov. 2021.

SMITH, Neil. **Contornos de uma política espacializada**: veículos dos sem-teto e a produção de escala geográfica. *In*: ARANTES, Antonio A. (org.) **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000. p. 132-159.

SOUZA, Marcelo Lopes. **O território**: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In*: (Org.) CASTRO, Iná; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e Temas** - 19ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

ULLOA, Astrid. Feminismos territoriales en América Latina: defensas de la vida frente a los extractivismos. **NÓMADAS**, Colombia: Universidad Central, v. 45, p. 123-139, 2016. Disponível em: < <http://nomadas.ucentral.edu.co/index.php/inicio/2295-violencias-civilizatorias-y-potencias-interculturales-nomadas-45/879-violencias-civilizatorias-y-potencias-interculturales>>. Acesso em: 30 jan. 2021.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

OLIVA, Victoria Ferreira. DO CORPO-ESPAÇO AO CORPO-TERRITÓRIO: o que a Geografia Feminista tem a dizer?. **Ensaios de Geografia**. Niterói, vol. 8, n. 17, pp. 165-187, jul. 2022.

Submissão em: 18/11/2021. Aceito em: 11/06/2022.



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
OLIVA, Victoria Ferreira. DO CORPO-ESPAÇO AO CORPO-TERRITÓRIO: o que a Geografia Feminista tem a dizer?. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 8, n. 17, pp. 165-187, jul. 2022.
Submissão em: 18/11/2021. Aceito em: 11/06/2022.



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons